

1 **ATA DA 53ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CRP-MG – XVI PLENÁRIO**
2 **REALIZADA EM 21/08/2021.**
3

4 Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, com início às 09h, realizou-se, presencial e online, a 53ª Reunião Plenária do XVI Plenário do Conselho Regional de
5 Psicologia - 4ª Região (MG). Estiveram presentes os **Conselheiros Efetivos:** Anderson
6 Nazareno Matos; Evely Najjar Capdeville; Fabrício Júnio Rocha Ribeiro; Lourdes Aparecida
7 Machado; Luís Henrique de Souza Cunha, Luiz Felipe Viana Cardoso; Paula Lins Khoury;
8 Reinaldo da Silva Júnio; Renata Ferreira Jardim de Miranda; Suellen Ananda Fraga; Ted
9 Nobre Evangelista e Yghor Queiroz Gomes e os **Conselheiros Suplentes:** Camila Bahia
10 Leite; Cristiane Santos de Souza Nogueira; Elza Maria Gonçalves Lobosque; Jéssica
11 Gabriella de Souza Isabel; João Henrique Borges Bento; Liliane Cristina Martins e Marleide
12 Marques de Castro;. **Quórum de Conselheiros Efetivos:** Foi verificado o quórum das(os)
13 Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes, totalizando 12, tendo o Plenário elevado à
14 condição de Conselheiras efetivas Cristiane Santos de Souza Nogueira; Elza Maria
15 Gonçalves Lobosque e Jéssica Gabriella de Souza Isabel. **Justificativas de ausência:**
16 Bruna Rocha Diniz de Almeida; Cláudia Aline Carvalho Espósito; Larissa Amorim Borges;
17 Rita de Cássia de Araújo Almeida; Rodrigo Padrini Monteiro; Thiago Ribeiro de Freitas e
18 Walter Melo Júnio, justificaram ausência. **Assuntos tratados:** COE: A Conselheira Paula
19 Khoury apresentou os seguintes pontos de pauta: **Informes:** 1) Representação 032/19: A
20 Conselheira Paula Khoury informou que foram reiniciadas as mediações por
21 videoconferência e apresentou a necessidade de homologação e aprovação em Plenária.
22 Após fez a leitura do termo de mediação. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por 13
23 votos favoráveis e 2 abstenções o termo de mediação da Representação 032/19. 2)
24 Agendamento audiências prévias e oitiva em Governador Valadares-MG: A Conselheira
25 Paula Khoury informou que terão início as oitivas online nas Subsedes e será necessário a
26 organização de estrutura de pessoal como Assistente Administrativo e Psicólogo Fiscal
27 para auxiliar no dia. Quando ocorrer a oitiva não poderá ser aberta a Subsele para
28 atendimento à categoria. A primeira audiência prévia agendada será em Governador
29 Valadares, nos dias 02 e 03/09/21. **Pontos de pauta:** 1) Processo 013/19 - Proposta de
30 instauração de processo disciplinar ético: O XV Plenário aprovou por 15 votos favoráveis e
31 1 abstenção a instauração de processo disciplinar ético **Deliberação:** Dar ciência as
32 partes. 2) Processo 024/19 - Proposta de instauração de processo disciplinar ético: O XV
33 Plenário aprovou por 16 votos favoráveis a instauração de processo disciplinar ético.
34 **Deliberação:** Dar ciência as partes.3) Processo 037/19 - Proposta de instauração de
35 processo disciplinar ético: **Deliberação:** O XV Plenário aprovou a instauração de processo
36 disciplinar ético por 14 votos favoráveis e 2, com inclusão de acréscimos da Plenária ao
37 Relatório. COF: O Conselheiro Luis Henrique apresentou os seguintes pontos de pauta: 1)
38 Levantamento de pontos sobre publicidade profissional: O Conselheiro Luis Henrique
39 pontuou a situação da publicidade profissional. Afirmou que esta discussão depende do
40 CFP. Indagou se vai ser encaminhado ao representante da Região Sudeste no GT de
41 Publicidade Profissional ou será pautado em Reunião de Presidentes. Reforçou algumas
42 questões envolvendo o tema, tais como a publicidade irregular, a diferenciação do perfil
43 pessoal do perfil profissional e qual o limite do CRP-MG para atuação diante desta
44 realidade. Informou que na COF Ampliada foi discutida esta pauta e a representante do
45 Conselho Regional de Nutrição de Minas Gerais/CRN-MG disse que o CRN-MG avançou
46 na normativa em relação a publicidade e deu muitos elementos para colaborar na
47 discussão. O outro convidado, um profissional de marketing, também trouxe reflexões
48 relevantes. A Conselheira Lourdes Machado informou que em contatos com o CFP avaliou
49 que não há um consenso sobre o tema. Elucidou que acontecerá um Seminário para
50 discutir a publicidade profissional. O CRP-SP é a referência da Região Sudeste no GT
51 Nacional. Reforçou que não é recomendável romper o fluxo proposto pela APAF em
52 relação ao assunto. Na próxima APAF que acontecerá em Novembro/2021 deverá ser
53 discutida a pauta, a partir do que for proposto pelo GT. O Conselheiro João Henrique
54

55 propôs fazer uma reunião com os 4 CRPs da Região Sudeste e levar a discussão proposta
56 pelo CRP-MG para fortalecer a pauta na APAF. Sugeriu que as(os) Conselheiras(os) que
57 assistam o vídeo da gravação da COF Ampliada e discutir novamente na Reunião Plenária
58 Ordinária de Setembro/2021. Propôs ainda, marcar uma reunião com os outros CRPs a
59 partir do que for discutido na Plenária. O Conselheiro Reinaldo Júnior ressaltou que é o
60 segundo documento elaborado pela COF sobre a publicidade profissional. Reforçou que
61 chegam muitas demandas para a ETEC. Neste sentido propôs fazer um documento interno
62 para levar aos CRPs da região sudeste, sem divulgação externa. A Conselheira Paula
63 Khoury sugeriu postar as orientações que são dadas pelo CRP-MG e propor uma
64 Resolução do Conselho, a partir da normativa que será elaborada pelo CFP. O
65 Conselheiro Luis Henrique pontuou que as orientações internas não estão dando o amparo
66 necessário. É preciso de algo que dê um respaldo maior às psicólogas fiscais. O
67 Conselheiro Reinaldo Júnior propôs uma Nota Técnica ou Portaria interna. O Conselheiro
68 João Henrique reafirmou a sua proposta de envio do vídeo da COF Ampliada às(aos)
69 Conselheiras(os) e o texto construído para leitura e discussão na Reunião Plenária de
70 Setembro/2021. A Conselheira Camila Bahia levantou a proposta de elaboração de uma
71 cartilha virtual tratando da publicidade profissional, semelhante a Cartilha de orientação
72 “Compreendendo a prática em Psicoterapia” elaborada pelo CRP-23/TO. A Conselheira
73 Jéssica Souza relatou que para algumas situações já tem respostas no Código de Ética
74 Profissional e estas podem ser divulgadas, independente da discussão do GT da APAF.
75 **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por 17 votos favoráveis o envio do material
76 produzido pela COF sobre o tema e o vídeo da COF Ampliada para as(os)
77 Conselheiras(os) e retornar a pauta na Reunião Plenária de Setembro de 2021. Aprovou
78 ainda a elaboração de um documento interno para subsidiar as orientações sobre
79 publicidade profissional. 2) Dados sobre trabalho remoto: O Conselheiro Luis Henrique
80 apresentou dados do período de período de abril de 2019 à março de 2020 (Presencial) e
81 de abril de 2020 à março de 2021 (trabalho remoto/online). Foram realizadas no período
82 8159 orientações presenciais e 11.773 remotas; 246 fiscalizações presenciais e 357
83 remotas; 67 reuniões de entregas de carteira presenciais e 45 reuniões online de
84 orientação às(aos) novas(os) inscritas(os); 64 CRPs pelo Campus/palestras presenciais e
85 57 CRPs pelo Campus remotos; 2.101 cadastramentos no e-psi durante o período de abril
86 de 2019 à março de 2020 e 9.608, no período de abril de 2020 à março de 2021. O
87 Conselheiro Reinaldo Júnior ressaltou que estes dados servem de resposta à categoria em
88 relação ao atendimento no período da pandemia. O Conselheiro Luis Henrique corroborou
89 com a fala do Conselheiro Reinaldo Júnior e ressaltou a posição de queixa da categoria e
90 propôs dar uma publicidade a estes dados. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por 17
91 votos favoráveis a divulgação dos dados no boletim institucional e nas redes sociais do
92 CRP-MG. Solicitou realizar uma versão com timbre do CRP-MG para divulgação às(aos)
93 Conselheiras(os) e no site do CRP-MG. CDH: A Conselheira Liliane Martins reforçou a
94 agenda da reunião ampliada da CDH com a participação de representantes das Comissões
95 que acontecerá no dia 25/08, às 18h. Informou que foi realizada reunião com o SER-DH e
96 levantada a questão de colocar o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação em
97 Direitos Humanos/SIMA em prática. Por fim, informou que o CRP-MG indicou 10
98 participantes para o I Seminário Nacional de Psicologia e enfrentamento ao racismo. Serão
99 12 encontros às terças-feiras, no horário de 16h às 18h, com início em 14/09. **Informes:** 1)
100 Comissão de Orientação em Psicologia e tratamento com Cannabis Terapêutica: O
101 Conselheiro Anderson Matos informou que foi realizada live com o tema “Cannabis
102 terapêutica: uma realidade que a Psicologia precisa saber”, dentro das atividades do
103 Projeto Saúde Mental de Janeiro a Janeiro. Avaliou que a repercussão causada pela
104 discussão foi bastante interessante. Informou que as reuniões da Comissão de Orientação
105 em Psicologia e tratamento com Cannabis Terapêutica tiveram início. 2) Seminário 15 anos
106 do CREPOP: O Conselheiro Luiz Felipe informou que aconteceu o “III Seminário Regional
107 de Psicologia e Políticas Públicas” com o tema “Contribuições para a proteção integral de
108 crianças e adolescentes”, realizado nos dias 08 e 09/07/2021. Avaliou que teve uma boa

109 participação da categoria. As discussões foram muito qualificadas. A partir das discussões
110 foi tirada a proposta de elaboração de um livro com as conferências realizadas no
111 Seminário. 3) Capacitação do Setor CREPOP: O Conselheiro Luiz Felipe informou que está
112 finalizando um projeto para qualificação das Psicólogas de Referência Técnica do
113 CREPOP voltado para as pesquisas qualitativas. A formação terá início no segundo
114 semestre e será enviado à Diretoria o projeto. 4) Articulações e Parcerias pela
115 implementação da Lei 13.935/19: O Conselheiro Luis Henrique informou que tiveram
116 avanços no entendimento político e técnico em relação ao andamento da implementação
117 da Lei 13.935/2019. Neste momento a Comissão está priorizando a discussão com o
118 executivo municipal, sem deixar de atender as demandas das(os) vereadoras(es).
119 Ressaltou que o tempo político para realização das ações é muito curto, de acordo com a
120 disponibilidade das Prefeituras e Câmaras Municipais. Reforçou que está sendo proposta a
121 discussão do que é comum à assistente social e a psicologia para desenvolver o trabalho
122 multiprofissional. Informou que será realizada uma live no dia 25/08 com o tema “Lei Nº
123 13.395: Uma atuação multiprofissional” dentro das atividades em Comemoração ao Dia
124 da(o) Psicóloga(o). Informou ainda que está tramitando na Assembleia Legislativa de Minas
125 Gerais um Projeto de Lei para implementação da Lei 13.935/2019 no Estado de Minas
126 Gerais. Foi elaborado um texto substitutivo proposto pela Deputada Beatriz Cerqueira para
127 o projeto de Lei da Deputada Sheila. O CRP-MG e o CRESS-MG fizeram sugestões ao
128 texto e estas foram acatadas. No momento o substitutivo será discutido nas Comissões da
129 ALMG. Por fim, informou que será realizada uma Audiência Pública no dia 26/08, na ALMG
130 para debater as novas bases legais do Fundeb e a inserção dos assistentes sociais e
131 psicólogos nas equipes multiprofissionais da educação básica. 5) Carta Manifesto em
132 defesa do CERSAM: A Conselheira Lourdes Machado informou que o CRP-MG, o
133 CREFITO-4, o CRESS-6 e o CRF-MG assinarão conjuntamente a carta manifesto favorável
134 aos CERSAM's. Comissão da Retomada - atualização sobre os últimos acontecimentos e
135 deliberações: A Conselheira Cristiane Nogueira informou que as(os) empregadas(os)
136 públicas(os) estão retomando as atividades. Este retorno está sendo no horário integral
137 todos os dias. Tiveram duas empregadas que levantaram a situação com os seus filhos em
138 idade escolar e para estes casos foi liberado o trabalho remoto. Será feito um trabalho pela
139 Comissão da Retomada de sensibilização de cuidado uns com os outros. Foi necessário
140 realizar reuniões extraordinárias para verificar casos específicos, entre eles a recusa de
141 duas empregadas em tomarem a vacina. Está sendo feita a orientação para que elas
142 possam se vacinar. Ressaltou que a decisão é particular, mas a questão é de saúde
143 pública e há jurisprudência no sentido da necessidade de vacinação para o trabalho.
144 Elucidou que em Uberlândia está na onda vermelha e a Subsede Triângulo não retornou as
145 atividades presenciais. Ressaltou que a Comissão da Retomada está pensando os
146 próximos passos. Lembrou ao Plenário que o espaço para a realização da Plenária está
147 contratado até Dezembro/2021. Ponderou sobre o lanche se este será contratado, devido
148 ao tempo de duração da Plenária. A Conselheira Elza Lobosque informou que foram
149 compradas as máscaras cirúrgicas e de pano e serão disponibilizadas às(aos)
150 Conselheiras(os) e Empregadas(os) Públicas(os). Relatou ainda, que os agendamentos
151 online já estão sendo feitos e o atendimento presencial pelos setores de registro e de
152 orientação e fiscalização. A Conselheira Lourdes informou que foi sugerido a indicação de
153 mais um representante das(os) empregadas(os) públicas(os) na Comissão da Retomada e
154 as(os) empregadas(os) indicaram a Psicóloga Fiscal Celina Alckimin. Reforçou a
155 dificuldade em criar consensos. Em relação ao lanche também sentiu falta, mas caso seja
156 entendido de fazer o lanche, será orçado na empresa que está alugando o espaço ao CRP-
157 MG. O Conselheiro Luiz Felipe concordou com a disponibilização do lanche. Em relação ao
158 retorno das atividades avaliou que não está vendo críticas pelas empregadas. A
159 Conselheira Jéssica Souza indagou sobre questionamentos em relação a realização de
160 reuniões presenciais de Comissão, ponderou que as reuniões híbridas deixam algumas
161 questões de dificuldades tecnológicas. Avaliou que a reunião online permite a participação
162 de mais psicólogas(os). No seu entendimento não há motivo para realização de reuniões

163 presenciais de Comissões. Reunião com as(os) Coordenadoras(es) de Comissão CRP04:
164 O Conselheiro Luiz Felipe informou que foi enviado às(aos) Conselheiras(os) uma planilha
165 para atualização dos nomes de Conselheiros de Referência e de Coordenadoras(es) de
166 Comissão. Pediu o envio os dados até segunda-feira, 23/08. Ressaltou a importância de
167 proceder a atualização da planilha de coordenadores, colaboradores e conselheiros de
168 referência (sede e subsedes). Após a planilha atualizada, as novas atualizações serão
169 feitas após cada deliberação do plenário pelo Assessor de Apoio a Gestão Wagner Viana.
170 Sugeriu às(aos) Conselheiras(os) a leitura das Resoluções Nº 03/2021 e Nº 02/2018, que
171 dispõem sobre diárias, ajudas de Custo, jetons, ressarcimentos e outras formas de
172 indenização pagas pelo Conselho para o entendimento do fluxo de solicitação de ajuda de
173 custo e despesas. Trouxe para o Plenário alguns encaminhamentos propostos: 1)
174 Todas(os) conselheiras(os) e colaboradores devem preencher e fazer a atualização de
175 ficha cadastral junto ao CRP (mesmo modelo já enviado); todas as reuniões de comissões
176 devem ser agendadas pelo formulário com o link da Plataforma Zoom; 2) A forma de
177 comprovar participação será o preenchimento de relatório/ata no google forms podendo
178 acrescentar fotos. As fotos sem o comprovante/relatório não serão suficientes para solicitar
179 pagamento de ajuda de custo. No preenchimento dos relatórios de atividades, os
180 coordenadores de reunião devem informar quais os participantes que irão receber ajuda de
181 custo e a duração da reunião. O relatório deve ser enviado o quanto antes ou logo após a
182 reunião, para ter a informação de quem participou e fazer a solicitação de despesa em
183 tempo hábil. A Conselheira Paula Khoury perguntou se deve ser acrescentado o nome
184 completo ou somente o nome e complemento. A Conselheira Elza Lobosque informou que
185 deve ser informado o nome e sobrenome do participante, principalmente quando a pessoa
186 entra com o nome de terceiro ou apelido na reunião. O Conselheiro Luis Henrique ressaltou
187 que não tem tempo para fazer o relatório de representações e no prazo proposto para
188 enviar o relatório. O Conselheiro Luiz Felipe informou que esta proposta é para
189 representações e reunião de Comissões. Elucidou que as representações pela Subsele
190 são feitas pelo assistente administrativo da Subsele e as representações da Sede
191 (institucionais) pela Assessoria de Apoio a Gestão. A Conselheira Evely Capdeville reforçou
192 a necessidade da materialidade da comprovação, como a declaração, relatório e/ou
193 certificado. Ponderou que foi relatado à Diretoria reunião de Comissão com duração de 20
194 minutos. Não é recomendado reuniões com tempo muito reduzidos. A Conselheira Jéssica
195 Souza ponderou porque as reuniões somente pelo Zoom, existe também a possibilidade
196 pelo Google Meet, ressalvada a necessidade do envio do relatório. Propôs o envio do
197 termo de colaboração pelo Coordenador/Colaborador, conforme Resolução CRP-M Nº
198 04/2020. A Conselheira Renata Miranda indagou que a Conselheira Cristiane Nogueira
199 colabora juntamente com ela na Coordenação da Comissão de Psicologia nas
200 Emergências e Desastres. A Conselheira Elza Lobosque solicitou que seja informado para
201 atualização na planilha o nome da Conselheira Cristiane Nogueira. Ressaltou ainda, a
202 importância de priorizar o Zoom. Solicitou que quando a reunião for urgente comunicar ao
203 setor de Tecnologia da Informação para abertura da sala de reunião. A Conselheira Evely
204 Capdeville lembrou que a Resolução CRP-MG Nº 02/2018 permite o pagamento de até
205 duas reuniões por comissão/mês. O Conselheiro Luiz Felipe perguntou se na ausência do
206 coordenador ou conselheiro, outra pessoa poderá receber ajuda de custo? A Conselheira
207 Cristiane Nogueira defendeu que não deve acontecer reunião sem a presença de
208 coordenadora(or) ou conselheira(o) de referência. Os Conselheiros João Henrique e
209 Reinaldo Junior, concordaram com a fala da Conselheira Cristiane Nogueira. O Conselheiro
210 Luis Henrique lembrou que pela Resolução CRP-MG Nº 04/2020 pode ser designado
211 pela(o) Conselheira(o) Referência ou a(o) coordenadora(or) uma(um) colaboradora(or) para
212 coordenar a reunião em situação excepcional. O Conselheiro Luis Henrique colocou que
213 deve ser definido pelo Plenário o tempo mínimo de participação para ser passível de
214 receber ajuda de custo. O Conselheiro João Henrique propôs que uma reunião que durar
215 menos de 40 minutos deve ser justificado no relatório. O Conselheiro Luis Henrique
216 ponderou ao Plenário se no relatório da reunião tiver como beneficiário para ajuda de

217 custo, alguém que não foi nomeado pela Plenária e não constar na planilha, este não
218 receberá ajuda de custo. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou o seguinte: 1) Aprovado por
219 13 votos favoráveis, 3 contrários e 1 abstenção que somente o Conselheiro de Referência
220 e o Coordenador da Comissão receberão a ajuda de custo. Inclusive em reunião colegiada;
221 2) Aprovado por 17 votos favoráveis que reunião com menos de 40 minutos deve ser
222 justificada no relatório o tempo de duração; 3) Aprovado por 17 votos favoráveis o não
223 pagamento de ajuda de custo para quem não for nomeado pela Plenária. Comitê Editorial:
224 O Conselheiro Luiz Felipe informou que as atividades do Comitê Editorial tiveram início.
225 Tiveram presentes todos os representantes de empregados (Niura Ferreira, Ana Amélia,
226 Nathalia Monteiro, Flávia Santana), a Colaboradora Fátima Boschi, os Conselheiros Luiz
227 Felipe e Yghor Gomes e a Conselheira Jéssica Souza. Apresentou o fluxo elaborado pelo
228 Comitê Editorial. Será aberto um formulário para abertura de cadastro para pareceristas. O
229 apoio de pareceristas será tanto para os eventos quanto para os trabalhos das Comissões.
230 Foi criado ainda, outro formulário para solicitação de publicação e/ou pesquisa para o
231 Comitê Editorial do CRP-MG, de acordo com as possibilidades da Portaria CRP/MG nº
232 006/2021. Somente a partir da resposta do formulário é que haverá a análise pelo Comitê
233 Editorial e para aprovação do Plenário. Em casos de pedido de impressão que o material
234 não estiver pronto, somente para garantir a publicação, não deverá ser enviado para o
235 Comitê. O Conselheiro Reinaldo Júnior ressaltou que para dar início a publicação deve-se
236 ter a aprovação previa, antes de se pedir o artigo para o autor e promover a organização do
237 livro. Sugeriu que ocorra uma aprovação prévia pelo Comitê Editorial, para não ocorrer a
238 situação de produzir um material e este não ser autorizado. A Conselheira Paula Khoury
239 perguntou se já seria necessário ter todo o conteúdo do livro ou bastaria o que vai ser
240 tratado em cada capítulo. O Conselheiro Anderson Matos indagou se o capítulo deverá ser
241 pedido pela Comunicação, o Coordenador ou pelo Comitê Editorial? O Conselheiro Luiz
242 Felipe ponderou que está acontecendo uma pressão pela impressão do livro sem o
243 material para a diagramação e editoração do livro. A previsão de livros deve ser feita antes,
244 para avaliação financeira e de licitação. A Conselheira Jéssica Souza sugeriu trazer um
245 fluxo com as etapas e prazos possíveis. O Conselheiro Luis Felipe pontuou que a
246 publicação virtual também demanda ISBN. Quanto a aprovação da publicação explicou que
247 é de responsabilidade do Plenário. O papel do Comitê Editorial é de dar uniformidade às
248 publicações do CRP-MG. A organização do livro é do Coordenador da Comissão. A
249 submissão do formulário será a partir da elaboração da “boneca” do livro. Lembrou que
250 cartilhas e manuais também devem ser repassados para o Comitê Editorial. A Conselheira
251 Evely Capdeville teceu consideração de que a expectativa de impressão é grande e às
252 vezes a publicação pode ocorrer muito depois de sua aprovação, devido a necessidade de
253 licitação. A questão de prazo foge a governabilidade do Comitê Editorial e da Diretoria. A
254 Conselheira Jéssica Souza informou que será feita uma cartilha com os prazos e processos
255 necessários para a impressão. Sugeriu colocar na próxima Plenária a inclusão da
256 Conselheira Bruna Coelho no Comitê Editorial. O Plenário diante da ausência da
257 Conselheira Bruna solicitou pautar na reunião Plenária Ordinária de Setembro/2021.
258 Articulação com o MPMG sobre a implementação da Lei 13.935/19: O Conselheiro Luis
259 Henrique informou que a Comissão de Orientação em Psicologia Escolar e Educacional
260 avaliou que o MPMG deveria ser acionado para orientar os municípios na implementação
261 da Lei 13.935/19. Informou que aconteceu uma reunião com a Procuradoria de Defesa da
262 Educação – Proeduc e como encaminhamento foi sugerido a abertura de uma
263 representação pelo CRP-MG e posteriormente o MPMG promoveria a orientação aos
264 municípios. O CRESS já definiu por entrar com representação junto a PROEDUC. O
265 Conselheiro Reinaldo Júnior avaliou que a Comissão pode decidir pela melhor estratégia
266 para a implementação da Lei 13.935/2019, não sendo necessário referendar a decisão pelo
267 Plenário. O Conselheiro Luis Henrique entende que deve haver uma decisão política, por
268 não existir nenhuma orientação relativa a uma articulação diferenciada. O Conselheiro João
269 Henrique lembrou que o MPMG precisa de uma representação para que organize a
270 orientação aos Promotores para o cumprimento da Lei 13.935/2019. Se existe uma via do

271 diálogo por meio da ALMG, é preferível aguardar do que entrar com a representação no
272 MPMG, que pode exigir um Termo de Ajustamento de Conduta aos municípios e isso
273 poderia causar uma judicialização do processo. Propôs que seja utilizado somente após
274 vencer todas as tentativas de diálogo. Entende que não é pauta de Comissão e deve ser
275 sim levado para aprovado em Plenário. O Conselheiro Luis Henrique ressaltou que o
276 MPMG fará o estudo da constitucionalidade da Lei 13.935/2019 e a orientação aos
277 municípios. Explicou que o CRESS já tomou a decisão por entrar e a Lei é a mesma tanto
278 para a Psicologia quanto para o Serviço Social e seria importante aproveitar o momento
279 político para a tomada de decisão. A Conselheira Evely Capdeville ressaltou que o MPMG
280 tem momentos em que é parceiro e outros em que a sua atuação é questionada, inclusive
281 pelo próprio CRP. Avaliou que tem que ser analisado caso a caso. O Conselheiro Luis
282 Henrique propôs enviar para o MPMG juntamente com CRESS-MG para o cumprimento da
283 Lei. Ponderou que é oportuno e o tempo político é muito necessário para esta ação. O
284 Ofício está sendo feito pelo setor técnico, o jurídico e a comunicação (para divulgação). A
285 Conselheira Lourdes Machado ressaltou que o jurídico do CRESS é muito rígido nas
286 tomadas de decisões e se não foi observado nenhuma inconstitucionalidade e decidido
287 favoravelmente avalia que não há nenhum impedimento para que possa ser feito a
288 articulação juntamente com o CRESS-MG **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por 13
289 votos favoráveis e 1 abstenção o envio da representação ao Ministério Público de Minas
290 Gerais. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Reinaldo da Silva Júnior,
291 lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais
292 presentes. Belo Horizonte, 21 de agosto de 2021.

